

Caixa Econômica Federal

Santander

INPREVID

Os recursos do INPREVID são aplicados respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência. A diretoria do RPPS, assessorada pela SMI Consultoria de Investimentos, vem buscando estratégias para que as necessidades atuariais do Instituto sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos.

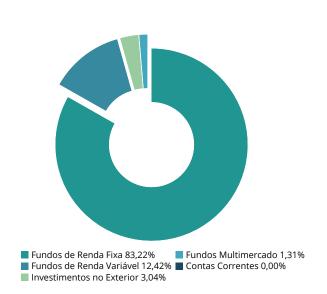
DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

BB Gestão DTVM 63,36% Caixa DTVM 36,35% Banrisul 0,29%

0.00%

0,00%

DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA POR SEGMENTO

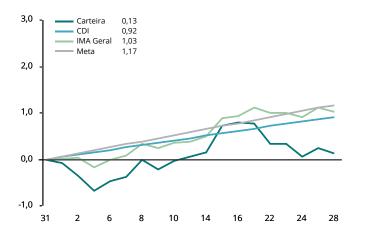


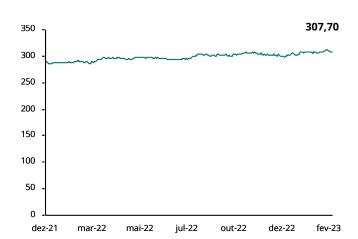
HISTÓRICO DE RENTABILIDADE

COMPARATIVO	NO MÊS	NO ANO	EM 12 MESES
INPREVID	0,13%	1,36%	7,26%
META ATUARIAL - INPC + 4,88% A.A.	1,17%	2,04%	11,09%
CDI	0,92%	2,05%	13,00%
IMA GERAL	1,03%	1,74%	10,51%
IBOVESPA	-7,49%	-4,38%	-7,26%

RENTABILIDADE ACUMULADA NO MÊS (EM %)

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO (EM R\$ MILHÕES)







INPREVID

Fevereiro foi um mês marcado pelas decisões das taxas de juros no Brasil, Estados Unidos e na Europa. Os pontos de volatilidade no mercado local derivaram dos conflitos envolvendo o novo governo, além do tema inflação e juros altos.

Apesar da perspectiva de uma conjuntura em movimento de desaceleração, os Estados Unidos apresentaram uma economia robusta. O indicador Payroll mostrou a criação de 517 mil postos de trabalho em janeiro, e com isso a taxa de desemprego ficou em 3,4%. Esse resultado indica que o mercado de trabalho não está desacelerando e isso afasta a possibilidade de recessão este ano.

A divulgação oficial do Produto Interno Bruto (PIB) norte-americano mostrou um crescimento de 2,7% no quarto trimestre de 2022, enquanto no terceiro trimestre do mesmo ano o indicador subiu 3,2% e poderia evidenciar a possibilidade de desaceleração econômica, mesmo existindo uma resiliência do mercado.

Outra evidência de economia robusta nos Estados Unidos foi o aumento de 3% do indicador de vendas no varejo em janeiro comparado a dezembro. Apesar da inflação enfraquecer nos últimos meses, permanece alta e pode ter impacto sobre os gastos, uma vez que o aumento dos preços de alguns bens e serviços estimulam vendas. Além disso, o aumento dos preços de alimentação e energia resultou numa alta de 0,5% no Índice de Preços ao Consumidor (CPI) em janeiro, na comparação com dezembro, e acumulou 6,4% em 12 meses. Ao verificar o núcleo da inflação, constata-se que a pressão permanece, principalmente devido à variação positiva dos preços relacionados à habitação e aluguel. Em consonância, o Índice de Despesas de Consumo Pessoal (PCE) subiu 0,5% em janeiro na comparação mensal e 5,4% no ano. O núcleo do PCE também subiu 0,6% em janeiro na comparação mensal e 4,7% na anual. Conforme o retorno de pressão inflacionária, aumentaram as expectativas do mercado para uma atuação mais dura no aperto monetário na próxima reunião.

Dadas as questões a respeito do mercado de trabalho aquecido, o presidente do Federal Reserve (Fed), Jerome Powell, sinalizou a possibilidade de ocorrer mais elevação de juros, uma vez que não só Powell, como também os demais membros, estão preocupados sobre o direcionamento do ciclo de inflação que não se aproxima da meta de 2%. É importante ressaltar que no início do mês, o Fed elevou a taxa de juros em 0,25%, estabelecendo o intervalo entre 4,50% e 4,75% a.a. A ata da última reunião projetou a normalidade da taxa de desemprego somente em 2025. Já a inflação dos preços do indicador PCE ficará próximo de 2% também em 2025.

Sobre a China, sua reabertura ganha ritmo, principalmente após o feriado do Ano Novo Lunar que registrou oferta de empregos nos setores de alimentação e hospedagem, entretenimento e transporte. Os fundamentos econômicos geram novas expectativas e aumentam a confiança na resiliência e potencial crescimento do país. Em resposta ao feriado e à flexibilização das medidas de combate à pandemia, o CPI avançou 0,8% em janeiro ante dezembro, acima do esperado. Ademais, foi divulgado o Indicador de Preços ao Produtor (PPI) que caiu 0,8% em janeiro ante dezembro, também acima do esperado. A expectativa é de que a direção da inflação nos próximos meses seja ascendente devido a essa retomada acelerada da demanda.

Na Zona do Euro, o CPI caiu 0,2% em janeiro com referência a dezembro e, com isso, a taxa desacelerou para 8,6% em 12 meses. Entre os componentes, alimentos e energia ainda continuam pressionados e há uma consistência no núcleo de inflação. Importante mencionar que a continuidade da guerra ucraniana contribui em grande parte para a instabilidade dos preços de energia e alimentos, provocando incertezas sobre a condição econômica nos próximos meses.

No início do mês, o Conselho do Banco Central Europeu (BCE) elevou a taxa de juros em 0,5% e anunciou um aumento da mesma magnitude para a próxima reunião em março. Com isso a taxa de referência na Zona do Euro atingiu 3% a.a. O intuito no momento é manter a trajetória de aperto monetário, a fim de assegurar a redução de inflação nos próximos meses. De acordo com o primeiro Boletim Econômico do ano divulgado pelo BCE, além dos fatores internos, outros dois apontamentos preocupantes podem afetar o ciclo de inflação: o fornecimento de gás, que pode elevar os preços de varejo, e a recuperação econômica da China que pode elevar os preços das commodities. De qualquer forma, as futuras decisões sobre mudanças das taxas de juros do Conselho do BCE dependerão da divulgação dos próximos indicadores econômicos.

Em direção contrária, a questão fiscal expansionista conflitua com o aperto monetário por motivos relacionados à necessidade social. A política de subsídios estatais evita alguns problemas de custos e fornecimento de energia, dados os problemas causados pela guerra ucraniana. Esses estímulos colaboraram com o resultado preliminar de aumento de PIB no quarto trimestre de 2022, além de proporcionar maior empregabilidade e crescimento na produção manufatureira. Ainda assim, as expectativas ainda direcionam para um ambiente de contração econômica.

Já no Brasil, a economia ficou fragilizada com a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) que manteve a taxa Selic em 13,75% a.a. Em ata, o Copom destacou a necessidade de juros elevados devido à situação global, com destaque para a reabertura econômica chinesa, o aperto monetário das economias desenvolvidas e o ambiente inflacionário pres-



INPREVID

sionado. Sobre o mercado local, o documento mostra o distanciamento da meta das expectativas de inflação para os próximos anos. Essa adversidade surge possivelmente pela percepção de tolerância de inflação elevada, pela preocupação com estímulos de demanda via política fiscal expansionista e discursos a respeito de alteração de meta de inflação. Diante de todas essas questões, ficou claro que não há expectativas de movimento de queda nos juros à medida que o processo de desinflação não ancore em torno das metas previstas.

Apesar de tratar a questão monetária de forma prudente, a ata reconheceu os esforços do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em que existe a tentativa de gerar um ambiente fiscal estável. Por outro lado, o presidente Lula permaneceu desaprovando a estratégia do Banco Central (BC) e declarou a pretensão de revisar sua autonomia após o fim do mandato do atual presidente da instituição, Roberto Campos Neto. Lula criticou a manutenção dos juros altos, ressaltando o custo da dívida pública e a consequência de desaquecimento da economia. O ponto central discutido durante todo o mês foi a possibilidade de mudança da meta de inflação, medida de análise para definição da Selic. A meta é definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), em que os ministros da Fazenda e do Planejamento fazem parte, além do presidente do BC.

Alterar a meta poderia provocar perda de credibilidade e ampliar os riscos, desancorando ainda mais as expectativas do mercado, o que por sua vez exigiria uma atuação monetária mais intensa. Em meio aos conflitos entre governo e BC, Fernando Haddad garantiu que a meta de inflação não seria assunto discutido durante a reunião do CMN.

Sobre as políticas fiscais, o governo avaliou a forma de isenção dos trabalhadores que ganham até dois salários-mínimos do pagamento de Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) ainda em 2023. O Ministério da Fazenda estudou duas maneiras de aplicar essa medida: a primeira forma é a simples correção da tabela, ampliando a faixa de isenção, porém nessa configuração o custo seria mais elevado, uma vez que a medida alcançaria todos os trabalhadores, independente da remuneração; a segunda alternativa é focar na isenção dos trabalhadores que recebem até dois salários-mínimos, mantendo a tabela atual, mas seria mais complexa, pois o trabalhador teria desconto de imposto de renda na fonte todos os meses e receberia a restituição de todo o imposto pago após a declaração feita no ano seguinte.

A promessa de Lula em isentar trabalhadores que ganham até R\$ 5 mil mensais se tornou um empecilho para o Ministro Haddad devido ao objetivo de equilibrar as contas públicas, uma vez que os custos dessa medida não estavam avaliados na totalidade da Reforma Tributária. Haddad chegou a declarar que o IRPF deveria respeitar o princípio da anterioridade, em que reitera a antecedência anual na implementação de alterações no imposto de renda, isto é, no caso atual, o benefício só poderia ser aplicado em 2024. Contudo, a exigência da anterioridade não se aplica a cortes de impostos, ou seja, a correção da tabela pode ser feita a qualquer momento e vigorar de forma imediata.

Além do plano de isenção do IRPF, o governo reajustou o salário-mínimo para R\$ 1.320, com pretensão de anúncio em primeiro de maio e lançou o novo programa Bolsa-Família, o qual auxilia com R\$ 600 mensais com adicional de R\$ 150 por criança até 6 anos. Diante do arcabouço fiscal e monetário do país, pelo olhar econômico, o momento de ajustes pode ser inapropriado, pois existem conflitos em torno na âncora monetária, além de não existir fundamentação para a futura âncora fiscal. Existe maior possibilidade de o governo gastar mais, uma perspectiva de mais inflação e juros altos tentando corrigir o desequilíbrio.

Sobre a atividade econômica brasileira, tanto o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), quanto o Monitor do PIB/FGV registraram a expansão do PIB de 2022 em 2,9% a.a. O resultado da atividade econômica ficou sensibilizado no decorrer do final do ano, principalmente devido ao encarecimento do crédito e ao fraco desempenho dos setores na indústria e varejo, apesar da estabilidade do setor de serviços. É importante destacar que o setor de serviços apresentou as maiores perdas devido à pandemia e sua normalização impulsionou o crescimento econômico.

O último resultado do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) sinalizou uma desaceleração da economia. Apesar de registrar o fechamento de 431.011 pontos de trabalho, foram criados 2.037.982 empregos no acumulado de 2022. Todos os grupos das atividades econômicas tiveram saldo negativo, com destaque para os setores de Serviços e Indústria de transformação, que perderam 188.064 e 112.992 empregos, respectivamente. Os efeitos de uma Selic elevada se mostram mais intensos e devido à necessidade de uma manutenção de juros altos para encerrar o ciclo de inflação, a economia real estará em uma trajetória de desaceleração.

De forma geral, fevereiro evidenciou a dificuldade para reduzir as projeções sobre as taxas de juros em 2023, trazendo mais cautela para o mercado. A renda variável obteve rentabilidade negativa, absorvendo maior iminência de risco fiscal, além das questões externas referentes aos juros e à inflação. Por outro lado, dada a volatilidade do cenário político, o mercado de renda fixa foi capaz de entregar rentabilidade positiva.